

Carta das entidades do movimento negro à comissão de direitos humanos do Senado Federal e aos senadores.

Brasília, 12 de julho de 2021

Uma das primeiras vítimas da COVID-19 no Brasil foi uma empregada doméstica de 63 anos, infectada por sua patroa que havia retornado recentemente de uma viagem à Itália. O caso ocorrido em 17 de março de 2020 já era sintomático de como a pandemia se desenrolaria no Brasil e hoje, mais de um ano depois, as coisas não mudaram muito.

Ao nos aproximarmos da metade do segundo ano de pandemia de COVID, doença que já matou mais de 500 mil pessoas no território nacional e pela qual pessoas negras têm maior probabilidade de serem infectadas e virem a óbito, os negros tem 37,5% mais chances de óbito por Covid-19 do que a população branca, é cada vez mais urgente a discussão sobre o papel do Estado, não só na promoção da saúde, mas também de segurança alimentar e estabilidade financeira da população negra durante a pandemia. Entretanto, não é isso que acontece na gestão do governo federal, que segue tentando omitir dados da situação da pandemia no país, inclusive em relação a raça e cor, na tentativa de tornar inviável distinguir a parcela população que é mais exposta e afetada pelo vírus, e traçar estratégias para propor soluções, negando o racismo estrutural existente na sociedade brasileira. O genocídio brasileiro, projeto perpetrado pelo desmonte do estado por meio do governo Bolsonaro, desconstrução das políticas públicas organizadas por meio dos governos Lula- Dilma e esfacelamento das instituições nacionais tem nitidamente a população negra como um de seus principais alvos.

O que estamos vivendo sob o governo Bolsonaro é resultado de um projeto iniciado em 2016 com o golpe parlamentar no governo Dilma, mas também da “PEC do fim do mundo”, que congela os gastos do estado dos 3 poderes por 20 anos, seguida então por todas as outras reformas e retiradas de direitos, fragilizando nosso povo e agora usando a pandemia para eliminar as vidas que o neoliberalismo sempre julgou sacrificáveis por seus lucros. Portanto precisamos debater com seriedade o aumento dos moradores de rua, catadores de recicláveis e viciados em entorpecentes, que são em grande parte membros da comunidade negra e vítimas do projeto do atual governo.

O que vemos hoje na sociedade é sintoma do esgotamento do mínimo que poderia funcionar no capitalismo, havendo uma concentração de poder em mãos brancas cada vez mais autoritárias com quem está na base da pirâmide social. Essas mesmas mãos se

aproveitam das condições impostas pela pandemia para retomar o discurso de que uma parcela da população precisa ser eliminada pelo bem do coletivo, sendo esse sacrifício voltado sempre à população negra, tendo nossos jovens como principais vítimas. É triste ver a juventude negra que se envolve com o tráfico de drogas ou sendo morta pela polícia ou encarcerada, e o sistema penitenciário brasileiro que naturalmente já não ressocializa nada, só criando uma demanda por vingança devido aos maus tratos e à corrupção que é parte da sua estrutura. Com a chegada da COVID transformou as prisões em campos de concentração onde os nossos jovens podem ser mortos e a culpa, posta no vírus, o governo ainda tentou retirar a população privada de liberdade da lista de prioridades do Plano Nacional de Imunização. O projeto político genocida fica muito nítido quando você olha pra vida do jovem preto, pobre e favelado, que não tem expectativa de vida e precisa se submeter ao trabalho no tráfico ou ao subemprego para matar a fome das pessoas dentro de casa e caso seja enviado ao sistema de justiça do país, tem que lidar com essa realidade. Se não fossem as ações promovidas pelos movimentos sociais, a situação nas favelas seria ainda mais grave. Nós entramos numa estratégia de romper com esse sistema a partir de um movimento de aquilombamento para que juntos e juntas possamos falar “parem de nos matar”.

Porém também precisamos seguir vigilantes para a juventude que conseguimos manter fora desse ciclo de morte do Estado. Devido ao desmonte da educação promovido nos últimos anos e à negação do governo federal em garantir o acesso à educação básica durante a pandemia, muitas pessoas estão saindo dos espaços conquistados por nossas lutas devido à falta de acesso a meios para acompanhamento das aulas, Bolsonaro ainda entrou no STF para não precisar garantir as verbas para acesso a internet de alunos e professoras de escola pública, ou pela necessidade de trabalhar para compor a renda familiar. As universidades neste governo não consegue manter as políticas de assistência estudantil que ajuda os estudantes mais vulneráveis a permanecer estudando devido aos diversos cortes e contingenciamento realizados pela gestão Bolsonaro, inclusive 56 Universidades ameaçaram fechar as portas esse ano por falta de recurso para manutenção de sua estrutura, um total revés da política de expansão e inclusão universitária. Junto a isso temos a crise de empregabilidade que preocupa os jovens que investiram na educação superior por meio do processo do FIES, e precisam pagar a dívida, portanto precisamos pensar em como garantir a criação e execução de políticas a educação que garantam educação de qualidade ao nosso povo.

Diante de todo esse cenário, é ainda urgente discutir o que é de fato ser jovem no Brasil, considerando a realidade econômica e trabalhista da juventude negra no país. Por estarmos num momento histórico, é preciso ter coragem para se dedicar à construção coletiva de um projeto para a população negra não só contra o vírus, mas também contra os diversos efeitos causados pela má gestão da pandemia e do Estado que irão repercutir por mais alguns anos. É portanto nossa função enquanto Movimento Negro, buscar alternativas para o bem viver do nosso povo e lutar para que o Estado assuma a responsabilidade por promover as ações que garantam nossos direitos conquistados.

Por esta razão, nós, o conjunto do movimento negro do Brasil, viemos em unidade através da convergência negra, denunciar as ações nefastas que este governo comete contra nossa população, gerando um verdadeiro genocídio, e acumular para construção de um programa de bem viver para a população negra, um projeto em prol da vida e da liberdade.

Dito isto trazemos uma série de temas cruciais que precisam ser debatidos e resolvidos, que são pautas do movimento negro e de benefício geral da sociedade.

Como às recomendações da CPI do Assassinato de Jovens de 2015-2016, que caminhou para apoiar a aprovação da PEC nº 51, de 2013, que reestrutura o modelo de segurança pública a partir da desmilitarização do modelo policial, que se encontra arquivada no Senado Federal. A Apoio PEC nº 126, de 2015, que institui o Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial, Superação do Racismo e Reparação de Danos, que está perdido na câmara dos deputados. O Projeto de Lei 239 de 2016 que acaba com os autos de resistência, e que está parada no senado. E o Projeto de Lei 240 de 2016 que se encontra na câmara como PL 9796/2018, e Institui o Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens, e que também está parado.

Para além disso, é necessária a continuidade da Lei de cotas, Lei 12.711/2012 que será revisada no ano de 2022. A reversão da PEC 95, que congelou os gastos do estado por 20 anos. Uma reforma tributária com taxação de grandes fortunas, dos lucros e dividendos.

Se torna extremamente necessário também devido ao cenário de mais de meio milhão de mortes pelo coronavírus, o aprofundamento das investigações da CPI da COVID - 19, que sejam imparciais e que encontrem os culpados pela gestão desastrosa e criminoso que vem sendo feita.

Assinam essa Carta:

Movimento Negro Unificado - MNU

Coletivo Nacional de Juventude Negra - ENEGRECER

Instituto Nacional Afro-Origem - INAO

União de Negras e Negros Pela Igualdade - UNEGRO

**Coordenação Nacional de Articulação das comunidades negras rurais e quilombolas -
CONAQ**

Coletivo de Entidades Negras - CEN

Agentes Pastorais Negros do Brasil - APNs

Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros (as) - ABPN

Coletivo Nacional de Entidades Negras - CONEN

Rede Antirracista QuilomboAção

Círculo Palmarino

Centro Nacional de Africanidade e Resistência - CENARAB